

ACELERAR PORTUGAL

Mais ambição, mais eficácia, mais valor



AGEFE – a indústria eletrodigital

2024

ACELERAR PORTUGAL

Mais ambição, mais eficácia, maior valor

Os desafios da geopolítica e das alterações climáticas tornam ainda mais necessário o crescimento e o desenvolvimento sustentável. A AGEFE apresenta 3 prioridades e 9 recomendações ao poder político.

Numa pequena economia aberta como a portuguesa, a mudança de paradigma na energia e a nova vaga de digitalização da atividade económica têm um elevado potencial. A transição energética e digital tem que ser mais do que uma transição. Tem de transformar a energia e o digital em fatores de competitividade e desenvolvimento.

Para concretizar o potencial desta dupla transição - para que possa ser uma alavanca para o crescimento - é necessária mais ambição, mais rapidez e mais eficácia. É preciso que as estratégias e os planos sejam consequentes e que a mobilização de instrumentos e recursos seja ágil, expedita e adequada.

Ao mesmo tempo, é fundamental construir e manter um enquadramento institucional favorável à inovação e à criação de valor.

A indústria eletrodigital disponibiliza muitas das soluções, competências e conhecimento necessários para acelerar Portugal e para vencer um triplo desafio:

- 1. Criar energia verde e competitiva e promover o consumo sustentável**
- 2. Ativar o digital para gerar mais valor**
- 3. Transformar o Estado num aliado do crescimento e da inovação**

1. CRIAR ENERGIA VERDE E COMPETITIVA E PROMOVER O CONSUMO SUSTENTÁVEL

A eletrificação, a eficiência energética, as energias renováveis e a descentralização (da produção, distribuição e armazenamento de energia), criam condições para reduzir a dependência energética do país, aumentar a competitividade das empresas e aliviar a fatura energética das famílias.

RECOMENDAÇÃO 1

Privilegiar a descentralização do sistema energético e a abertura do mercado a mais atores, com o reforço e agilização dos incentivos para o auto-consumo, a promoção de novas formas de transação de energia e a antecipação de investimentos na modernização e digitalização da rede.

Com condições privilegiadas para o aproveitamento da energia solar, a produção descentralizada em Portugal, além de possibilitar a expansão mais rápida da energia renovável – com menores custos de investimento por projeto, mais flexibilidade, menos perdas e menores externalidades – pode transformar o mercado da energia. Com mais concorrência e novas formas de organização, um sistema elétrico mais descentralizado e mais inteligente pode dar um grande contributo para reduzir os custos de energia para particulares, empresas e Estado.

A curto prazo:

- Alargar o Net Metering para 12 meses;
- Identificar e eliminar barreiras legais à adoção da produção descentralizada, incluindo ao nível da contratação pública e do estatuto das empresas municipais;
- Flexibilizar a legislação de modo a potenciar a introdução de tecnologia e formas de organização de mercado vocacionadas para a transação de energia entre pares (peer-to-peer - P2P);
- Alargar o âmbito, reforçar a dotação e simplificar o acesso aos apoios para a aquisição e instalação de sistemas de produção;
- Armazenamento de energia para auto-consumo, nomeadamente o fotovoltaico (“Vale Solar”);
- Adotar uma fiscalidade pró-descentralização, com uma discriminação positiva da aquisição de equipamentos e serviços associados à descentralização do sistema;
- Rever os planos de Desenvolvimento e Investimento da Rede Elétrica, com vista a acelerar a adaptação da rede à descentralização dos recursos e aos equipamentos energeticamente inteligentes.

RECOMENDAÇÃO 2

Fortalecer a aposta na eficiência energética como eixo essencial para a melhoria da produtividade, para a descarbonização dos consumos e dos edifícios e para diminuição da fatura energética dos portugueses.

Nos edifícios, na indústria, na iluminação, nos eletrodomésticos – são múltiplas as oportunidades para otimizar os consumos de energia. A par da crescente eficiência dos equipamentos, a digitalização e a Internet das Coisas (IoT) expandem essas oportunidades, permitindo medir, analisar, tomar decisões e agir em tempo real para melhorar a eficiência. Não faltam estratégias e planos, falta decisão. É preciso que os incentivos saiam do papel, sejam ágeis e não se percam na intermediação. É preciso que não criem incerteza e insegurança na decisão de investir e cheguem efetivamente às pessoas e às empresas.

A curto prazo:

- Executar programas de apoio à substituição de equipamentos elétricos ineficientes, nomeadamente eletrodomésticos e iluminação;
- Adotar uma fiscalidade pró-eficiência energética, com discriminação positiva da aquisição e instalação de equipamentos eficientes ou promotores de eficiência;
- Implementar um sistema de Etiquetagem e requisitos mínimos de Eficiência Energética para a Iluminação Pública (dos arruamentos, praças, avenidas etc);
- Assegurar os recursos necessários (humanos, técnicos e financeiros) para a prossecução dos objetivos previstos quanto à eficiência energética nos edifícios da administração pública.

RECOMENDAÇÃO 3

Acelerar a adoção da Mobilidade Elétrica, com a redefinição do modelo organizativo, o reforço dos incentivos e a revisão das regras aplicáveis às infraestruturas de carregamento.

Sem uma infraestrutura adequada e sem custos de carregamento competitivos, a transição para a Mobilidade Elétrica está a ser mais difícil e mais lenta que o desejável - com prejuízo para as famílias, a economia e o ambiente. As atuais regras para a instalação de carregadores, bem como o modelo organizativo adotado – burocrático, fechado e com excessiva intermediação - limitam o potencial da Mobilidade Elétrica para descarbonizar e reduzir os custos do transporte rodoviário. Para corrigir a trajetória, é fundamental ajustar o quadro regulamentar, mas também reforçar e garantir o acesso a incentivos eficazes para fazer crescer a rede de carregamento.

A curto prazo:

- Simplificar o modelo organizativo da mobilidade elétrica, tornando-o mais concorrencial, mais aberto e com um menor número de intermediários e taxas;
- Clarificar e agilizar as regras para a instalação e exploração de infraestruturas de carregamento de Veículos Elétricos, em particular em edifícios multifamiliares;
- Reforçar e simplificar os fundos para a aquisição e instalação de carregadores de Veículos Elétricos;
- Adotar uma fiscalidade pró-mobilidade elétrica, com discriminação positiva da instalação de equipamentos de carregamento de veículos elétricos;
- Assegurar que na rede de carregamento de acesso público o pagamento possa ser efetuado com recurso a sistemas de pagamento eletrónico convencionais (cartões bancários, MBway).

RECOMENDAÇÃO 4

Promover a qualidade e garantir a segurança das instalações elétricas, com mais atenção pública ao equipamento e material, com a autonomização dos projetos e das empreitadas de especialidade e com maior apoio à renovação das instalações.

Com o estrangulamento que vem da construção civil e correspondente submissão técnica e económica das especialidades técnicas à empreitada geral, as instalações técnicas acabam por não incorporar as soluções e o know-how que a indústria tem para oferecer. Ao mesmo tempo, a maior sofisticação e complexidade das soluções elétricas – em resultado da eletrificação, da mobilidade elétrica, do autoconsumo, da IoT e da eficiência energética – bem como o surgimento de novos riscos, nomeadamente riscos cibernéticos, justificam uma maior atenção à segurança, conectividade e sustentabilidade das instalações. A autonomização dos projetos de especialidade, a monitorização da qualidade e segurança e o apoio à renovação das instalações constituem um passo essencial nessa direção.

A curto prazo:

- Estruturar e disponibilizar apoios públicos à renovação das instalações elétricas;
- Ajustar a legislação para promover uma maior autonomia dos projetos e empreitadas de especialidade;
- Autonomizar as empreitadas das especialidades técnicas na contratação pública.

2. ATIVAR O DIGITAL PARA GERAR MAIS VALOR

O crescimento da economia digital facilita o acesso a mercados externos e a escalabilidade dos modelos de negócio, produtos e serviços, cria oportunidades de captação e fixação de investimentos em atividades de valor acrescentado e traz novos vetores de eficiência, informação e decisão.

RECOMENDAÇÃO 1

Induzir um maior ritmo de digitalização das empresas e da segurança das redes e sistemas, com o reforço e agilização dos incentivos para investimento na infraestrutura, equipamentos e soluções necessárias à transição.

A digitalização da atividade económica assenta num conjunto alargado de dispositivos conectados entre si. Não há economia digital sem infraestrutura e sem equipamentos, como não há condições para a digitalização sem confiança na segurança das redes e dos dispositivos. O investimento em tecnologia digital e o foco na cibersegurança são indispensáveis para concretizar a transição digital em qualquer organização. Para que sejam mais as empresas a trilhar com sucesso esse caminho, é fundamental recentrar os incentivos nos investimentos em infraestruturas e equipamentos. A digitalização tem de acontecer, não pode esgotar-se no marketing, em diagnósticos ou credenciações.

A curto prazo:

- Adotar uma fiscalidade pró-digital, com discriminação positiva da aquisição e instalação de infraestruturas e equipamentos base para economia digital;
- Estruturar fundos e simplificar o acesso aos apoios para a aquisição de serviços e equipamentos de apoio à transição digital por parte das empresas;
- Rever o plano “Portugal Digital”, considerando as melhores práticas estabelecidas nos diferentes estados-membro da União Europeia e procurando reforçar as medidas previstas para a transformação digital do tecido empresarial, bem como reforçar o investimento em infraestrutura, tecnologia e Cibersegurança.

RECOMENDAÇÃO 2

Promover uma economia hipertransacionável de base digital, com o estímulo à criação de empresas, captação de investimento e fixação de atividades de I&D de forte intensidade digital, incluindo IA.

Para que a economia portuguesa possa criar mais valor acrescentado e aumentar sustentadamente o seu nível de rendimento, são indispensáveis empresas com maior escala

e produtos e serviços com maior incorporação de conhecimento e tecnologia. A economia digital amplifica as oportunidades para essa transformação, ao reduzir custos de acesso aos mercados externos, viabilizar o trabalho e colaboração à distância e suportar modelos de negócio, produtos e serviços disruptivos e com maiores economias de escala. Assegurar condições competitivas para o desenvolvimento da economia digital e de atividades de Investigação e Desenvolvimento conexas, permitirá acelerar a transformação da economia portuguesa.

A curto prazo:

- Rever (e alargar) o esquema de incentivos fiscais dirigido a atividades de I&D para o tornar mais atrativo ao nível da União Europeia;
- Criar um regime fiscal que discrimine positivamente investigadores e outros profissionais altamente qualificados alocados a atividades de I&D tornando a tributação deste trabalho num fator-chave para a atração e para a fixação daqueles profissionais;
- Promover ativamente o desenvolvimento do mercado único de capital de risco da União Europeia;
- Orientar e priorizar a angariação de projetos de investimento estrangeiro que tenham uma componente de Digital ou I&D.

3. TRANSFORMAR O ESTADO NUM ALIADO DO CRESCIMENTO E DA INOVAÇÃO

A qualidade do processo político-legislativo e a adequação da intervenção do Estado na economia são instrumentais para mitigar custos de contexto, imprimir dinamismo à atividade económica e melhorar a competitividade do país.

RECOMENDAÇÃO 1

Fortalecer o compromisso do Estado com Compras Públicas Estratégicas, através do reforço da (in)formação, recursos e incentivos.

As compras públicas são uma forte componente da procura interna. São de extrema importância para dotar a administração pública dos meios necessários ao desempenho da sua missão, mas são também um importante fator de estratégia e amplificação na prossecução de objetivos de política pública. São estratégicas as compras públicas ecológicas, bem como as que consideram a cibersegurança e sustentabilidade social, entre outras. O desenvolvimento de um país não se compadece com mercados públicos assentes apenas no preço. Para que o trabalho que tem sido desenvolvido seja consequente, é preciso garantir que o comprador público dispõe da formação, recursos e de incentivos adequados. É também necessário melhorar o diálogo institucional entre as entidades compradoras e organizações representativas de fornecedores.

A curto prazo:

- Revisão e atualização dos manuais de compras públicas ecológicas;
- Adequar o código dos contratos públicos às aquisições multi-fator e compras públicas estratégicas;
- Simplex da contratação pública;
- Adequar o portal base à informação necessária para a avaliação da qualidade das compras públicas.

RECOMENDAÇÃO 2

Aumentar a visibilidade sobre as iniciativas legislativas e regulamentares e valorizar a participação e o envolvimento da sociedade civil no processo legislativo.

Os cidadãos, as empresas, as associações empresarias ou ONGs, entre outras entidades, podem dar um contributo significativo para a construção de políticas públicas, em particular para a sua adequação, equilíbrio, viabilidade prática e tecnológica e, assim, para a sua eficácia.

A possibilidade de antecipar e fazer um acompanhamento adequado das iniciativas em preparação, bem como de analisar e apresentar contributos em tempo é essencial para esse efeito. Hoje, falta informação pública sobre os dossiers que estão a ser trabalhados e os interlocutores correspondentes. Falta também razoabilidade e consequência em muitos processos de consulta que se apresentam tantas vezes como meras formalidades.

A curto prazo:

- Estabelecer uma agenda pública com as iniciativas legislativas e regulamentares planeadas e em curso;
- Definir regras que garantam períodos de consulta e análise de contributos adequados à complexidade e dimensão das matérias em apreciação.

RECOMENDAÇÃO 3**Melhorar a intervenção e abordagem do Estado na regulamentação da atividade económica, com regras mais claras, menos burocracia e mais harmonização com a Europa.**

As opções e o desenho das políticas públicas têm um forte impacto na competitividade das empresas. A existência de um quadro legal não fragmentado, sem regras e requisitos particulares nos estados-membros é crucial. Em Portugal, há múltiplos casos – da gestão de resíduos, à cópia privada ou às regras aplicáveis aos contratos de compra e venda – em que o legislador nacional cria ónus específicos às empresas a operar em Portugal, os quais, inexistentes noutros países ou não harmonizados a nível europeu, criam custos de contexto que reduzem a competitividade e atratividade do país para o investimento. Na preparação das políticas públicas deve ser reforçado o investimento na desburocratização e valorizada a fiscalização como forma de assegurar o cumprimento das regras e assegurar a legalidade da concorrência.

A curto prazo:

- Instituir um procedimento de verificação prévia do impacto de propostas de legislação e regulamentação nacionais no funcionamento do mercado único e na competitividade das empresas a operar em Portugal;
- Diminuir os encargos das empresas com o fator trabalho e tornar o diferencial entre custo do trabalho e as remunerações líquidas auferidas num fator de competitividade nacional.



www.agefe.pt (+351) 210 182 127
Campo Grande 28, 10.ºC 1700-093 Lisboa